



Pastoral da Criança

Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB • CNPJ - 00.975.471/0001-15

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO

(Em milhares de Reais)

ATIVO	2017	2016	2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	36.494	33.192	15.415
Recursos com restrição	25.544	12.319	23.775
Créditos a receber	172	192	183
Adiantamentos aos setores	3.089	3.076	2.950
Estoques	290	589	686
	65.579	49.368	43.209
Não circulante			
Imobilizado	2.534	2.690	2.962
Outros créditos a receber	87	138	64
	2.621	2.828	3.026
Total do ativo	68.200	52.196	46.235
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	120	109	422
Obrigações trabalhistas	1.229	376	
Outras obrigações a pagar	693	585	544
Provisão para contingências	14.116	14.162	1.312
Adiantamentos com convênios restritos	25.544	12.319	23.775
Total do passivo	41.890	27.551	26.053
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	2.534	2.690	2.962
Reservas e fundos patrimoniais	23.776	21.955	17.220
Total do patrimônio líquido	26.310	24.645	20.182
Total do passivo e patrimônio líquido	68.200	52.196	46.235

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT/DEFICIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Receitas operacionais	27.018	41.928
Gratuidades	2.521	2.160
Trabalho voluntário	163.783	162.242
	193.322	206.330
Custos e despesas operacionais com programas		
Atendimento em saúde	(25.320)	(23.040)
Gratuidades	(2.521)	(2.160)
Trabalho voluntário	(163.783)	(162.242)
	(191.624)	(187.442)
Despesas operacionais		
Administrativas	(5.525)	(18.886)
Deficit antes do resultado financeiro	(3.827)	2
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(45)	(16)
Receitas financeiras		27
Recursos financeiros - recursos sem restrição	5.537	4.449
	5.492	4.460
Superávit do exercício	1.665	4.462

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO

Descrição	Patrimônio social	Fundo patrimonial	Fundo de contingências	Reserva técnica	Outras reservas	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de outubro de 2015 (reapresentado)	2.962	10.605	4.862	802	951	-	20.182
Superávit do exercício	-	-	-	-	-	4.462	4.462
Destinações:							
Constituição (utilização) de reservas e fundos patrimoniais	-	5.084	(141)	15	(224)	(4.734)	-
Apropriação por movimentação do imobilizado	(15)	-	-	-	-	15	-
Provisão para contingências	(257)	-	-	-	-	257	-
Saldos em 30 de setembro de 2016 (reapresentado)	2.690	15.689	4.722	817	727	-	24.645
Superávit do exercício	-	-	-	-	-	1.665	1.665
Destinações:							
Constituição (utilização) de reservas e fundos patrimoniais	-	2.224	(3.261)	129	2.729	(1.821)	-
Apropriação por movimentação do imobilizado	107	-	-	-	-	(107)	-
Apropriação pela depreciação do imobilizado	(263)	-	-	-	-	263	-
Saldos em 30 de setembro de 2017	2.534	17.913	1.461	946	3.456	-	26.310

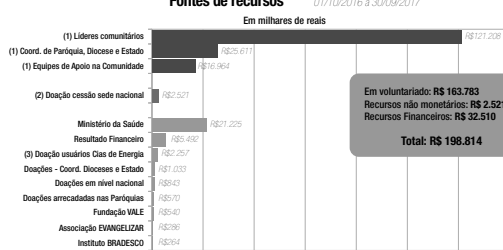
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2017	2016
Superávit do exercício	1.665	4.462
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	1.665	4.462

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE SETEMBRO

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2017	2016
Superávit do exercício	1.665	4.462
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	263	242
Constituição de provisão para contingências, líquida	84	12.850
Resultado na venda de ativo imobilizado	-	47
Variações nos ativos e passivos		
Créditos a receber	20	(9)
Recursos vinculados a projetos	(13.225)	11.456
Adiantamentos aos setores	(13)	(126)
Estoques	309	297
Outros créditos	51	(74)
Fornecedores	11	(313)
Obrigações trabalhistas e tributárias	853	376
Outras obrigações a pagar	245	41
Depósitos judiciais	(79)	-
Adiantamentos com convênios restritos	13.225	(11.456)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.409	17.793
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	(107)	(16)
Fluxo de caixa líquido usado nos investimentos	(107)	(16)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	3.302	17.777
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes		
No início do exercício	33.192	15.415
No fim do exercício	36.494	33.192
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	3.302	17.777

Fontes de recursos



(1) Voluntariado: O objetivo é quantificar o trabalho voluntário realizado. Considera-se, em média, 20h/mês por pessoa, dividida por número de horas trabalhadas por voluntário em média 120h/mês por voluntário de área e 200h/mês por voluntário de rede.

(2) Cessão em provedor: Valor da cessão de imóveis pelo Governo do Estado do Paraná para a Pastoral da Criança, utilizado pelo KPMG 2017.

(3) Contas de energia elétrica: Valores das contas de energia do PR, MT, AC, RJ, MG, GO, PA, ES, SC, SP e TO.

Fonte: Demonstrações financeiras e contábeis aprovadas pela Assembleia Geral da Pastoral da Criança de 2017.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos ajustes descritos no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em 30 de setembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalva

Em 30 de setembro de 2016 e 2016, conforme apresentado na nota explicativa 14, a Entidade registrou provisões para contingências para as quais, não foi identificada uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, que justifique a referida provisão, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Consequentemente, em 30 de setembro de 2017, o passivo circulante está aumentado e o patrimônio líquido reduzido em R\$ 14.162 mil (R\$ 14.162 mil em 2016) e o resultado do exercício de 2016 está reduzido em R\$ 12.850 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as mesmas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial, em 1º de outubro de 2015 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de setembro de 2015) e o exame das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 30 de setembro de 2016, preparados originalmente antes dos ajustes, descritos na nota 7, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 11 de novembro de 2016 e 12 de novembro de 2015, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de setembro de 2017 examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 1º de outubro de 2015 e das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 1º de outubro de 2015 e sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança corporativa a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Curitiba, 14 de dezembro de 2017
KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/0-6-F
Cristiano Aurélio Kruk - Contador CRC PR-054366/0-0

Sergio Leandro Reis
Contador CRC-PR 049660/0-6

As demais demonstrações e Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Contábeis estão disponíveis no site www.pastoraldacrianca.org.br/pt/financeiro

Média Mensal de Crianças Acompanhadas: 953.879 crianças, em 3.573 municípios (2º trimestre de 2017)

Gasto Mensal por Criança: R\$ 2,64